

SUMÁRIO

CRIMINOLOGIA 37

1. Noções gerais de criminologia	37
2. Classificações da criminologia	40
3. História da criminologia	42
4. Escolas criminológicas	45
5. Modelos teóricos da criminologia	47
6. Vitimologia	51
7. Prevenção criminal	59
8. Modelos de reação ao delito	60
9. Processos de criminalização	60
10. Estatísticas e cifras criminais	61
11. Classificação dos criminosos	61
12. Métodos, técnicas e testes criminológicos	62
13. Criminologia contemporânea	64
14. <i>Bullying</i> , assédio moral e <i>stalking</i>	66
15. Sistema penal e controle social	68

DIREITO ADMINISTRATIVO 73

1. Direito Administrativo e o Regime Jurídico-Administrativo	73
1.1. Função Administrativa	73
1.2. Administração Pública	73
1.3. Direito Administrativo: Critérios para Definição, Conceito e Fontes	75
1.4. Regime Jurídico-Administrativo	76
2. Organização da Administração Pública	79

2.1.	Órgãos Públicos	79
2.2.	Autarquias	80
2.3.	Agência Reguladora	81
2.4.	Fundação Pública	82
2.5.	Agência Executiva	83
2.6.	Empresas Estatais	84
2.7.	Consórcios Públicos	85
3.	Entes de Cooperação (Terceiro Setor)	86
3.1.	Serviços Sociais Autônomos ("Sistema S")	86
3.2.	Entidades de Apoio	87
3.3.	Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)	88
3.4.	Organizações Sociais (OS)	88
3.5.	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	90
3.6.	Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES)	91
3.7.	Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias	91
4.	Atos Administrativos	92
4.1.	Conceito, Requisitos, Atributos	92
4.2.	Invalidação dos Atos Administrativos	95
5.	Poderes Administrativos	97
5.1.	Atributos	98
6.	Agentes Públicos	99
6.1.	Conceito e Classificação	99
6.2.	Cargo Público, Emprego Público e Função Pública	100
6.3.	Regime Jurídico, Investidura	100
6.4.	Provimento e vacância	103
6.5.	Remuneração	104
6.6.	Responsabilidade dos Servidores Públicos	105
6.7.	Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas	106
6.8.	Estabilidade, Vitaliedade e Estágio Probatório	107
6.9.	Aposentadoria	108
7.	Licitações Públicas	110
7.1.	Modalidades	112
7.2.	CrITÉrios de julgamento (tipos de licitação)	113
7.3.	Instrumentos auxiliares	113

7.4.	Fase Externa (Publicação do Edital)	114
7.5.	Habilitação	115
7.6.	Adjudicação e homologação	115
7.7.	Invalidação e Revogação	116
7.8.	Responsabilidade do Parecerista e Parecer Referencial	116
7.9.	Licitações para Estatais	116
8.	Contratos Administrativos	117
9.	Serviços Públicos	122
10.	Responsabilidade Civil do Estado	125
10.1.	Conceito, Evolução Histórica do Tema e Fundamento Normativo	125
10.2.	Teoria da Irresponsabilidade do Estado	126
10.3.	Teoria da Responsabilidade com Culpa	126
10.4.	Teoria da Culpa Administrativa	126
10.5.	Teoria do Risco Administrativo	126
10.6.	Teoria da Responsabilidade Integral	126
10.7.	Responsabilidade Civil do Estado na Constituição	127
10.8.	Requisitos	127
10.9.	Excludentes	127
10.10.	Responsabilidade Primária e Subsidiária	128
10.11.	Responsabilidade por Danos Decorrentes de Atividades Nucleares	128
10.12.	Responsabilidade dos Concessionários e Permissionários	128
10.13.	Responsabilidade por Atos Legislativos	128
10.14.	Responsabilidade por Atos Judiciais	128
10.15.	Prescrição e Denúnciação à Lide	129
10.16.	Responsabilidade do Estado por Atos Terroristas	129
11.	Bens Públicos	129
11.1.	Conceito e Classificação	129
11.2.	Formas de Utilização dos Bens Públicos	130
12.	Intervenção Estatal na Propriedade	132
13.	Processo Administrativo	135
14.	Improbidade Administrativa	138
15.	Controle da Administração Pública	142
15.1.	Espécies de Recursos	144

15.2. Inovações trazidas pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Lei nº 13.655/2018 (LINDB)	145
16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico	146

DIREITO AMBIENTAL 149

1. Princípios de Direito Ambiental	149
2. Meio Ambiente na CF/1988	150
3. Direito Ambiental como Direito Econômico	152
4. Política Nacional do Meio Ambiente	152
5. Responsabilidade Civil por Dano Ambiental	153
6. Licenciamento Ambiental	154
7. Código Florestal	156
8. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	158
9. Lei de Crimes Ambientais	159
10. tutela Administrativa do Meio Ambiente	161

DIREITO CIVIL 163

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)	163
2. Pessoa física	166
3. Pessoa jurídica	170
4. Direitos da personalidade	172
5. Domicílio	174
6. Bens jurídicos	175
7. Teoria do ato, fato e negócio jurídico	177
8. Prescrição e decadência	180
9. Direito Obrigacional	182
10. Teoria Geral dos Contratos	185
10.1. Contratos em Espécie	187
10.1.1. Compra e Venda	187
10.1.2. Contrato de Doação	188
10.1.3. Contrato de Locação de Coisas	189
10.1.4. Contrato de Empréstimo	190
10.1.5. Contrato de Depósito	191

10.1.6. Contrato de seguro	191
10.1.7. Contrato de administração fiduciária de garantias	191
11. Responsabilidade Civil	192
12. Direitos das Coisas	194
13. Direito de Família	202
14. Direito das Sucessões	208

DIREITO CONSTITUCIONAL 213

1. Teoria da Constituição	213
2. Teoria da Norma Constitucional	218
3. Interpretação Constitucional	222
4. Poder Constituinte	225
5. Controle de Constitucionalidade	231
6. Dos Princípios Fundamentais	252
7. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais	255
8. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	259
9. Dos Direitos Individuais e Coletivos	261
10. Dos Direitos Sociais	268
11. Do Direito de Nacionalidade	275
12. Dos Direitos Políticos e Partidos Políticos	279
13. Das Ações Constitucionais	283
13.1. Considerações Gerais	283
13.2. <i>Habeas Corpus</i>	283
13.3. Mandado de Segurança	284
13.4. Mandado de Injunção	285
13.5. <i>Habeas Data</i>	286
13.6. Ação Popular	286
13.7. Ação Civil Pública	287
14. Da Organização do Estado	287
15. Da organização dos Poderes	298
16. Do Poder Legislativo	298
17. Do Poder Executivo	306
18. Do Poder Judiciário	310

19. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	320
20. Da Tributação e do Orçamento	323
21. Da Ordem Econômica e Financeira	334
22. Da Ordem Social	337

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 345

1. Lições Preliminares	345
2. Direitos Fundamentais	345
3. Direito à Convivência Familiar	346
4. Família Substituta	347
5. Profissionalização e Proteção ao Trabalho	349
6. Prevenção	349
7. Política de atendimento	350
8. Medidas de Proteção	350
9. Prática de Ato Infracional: Direitos e Garantias	351
10. Medidas Socioeducativas	352
11. Internação	352
12. Remissão	353
13. Conselho Tutelar	353
14. Justiça da Infância e da Juventude	354
15. Apuração de Ato Infracional	355
16. Recursos	356
17. Ministério Público e tutela de interesses individuais, difusos e coletivos	356
18. Crimes e Infrações Administrativas	357
19. Fundos dos direitos da criança e do adolescente	357

DIREITO DO TRABALHO 359

1. Introdução	359
2. Das fontes do Direito do Trabalho	359
3. Do Direito Individual do Trabalho	360
3.1. Dos princípios do Direito Individual do Trabalho	360
3.2. Da relação de trabalho e emprego	361
3.3. Dos trabalhadores excluídos da consolidação das leis trabalhistas	367

3.4.	Do contrato individual de trabalho	369
3.5.	Do empregado e do empregador	372
3.6.	Da terceirização	374
3.7.	Da interrupção e suspensão do contrato de trabalho	374
3.8.	Da alteração do contrato de trabalho	376
3.9.	Da identificação profissional	378
3.10.	Da segurança e medicina do trabalho	379
3.11.	Da proteção ao trabalho do menor	382
3.12.	Da proteção ao trabalho da mulher	384
3.13.	Da duração do trabalho	386
3.13.1.	Do intervalo intrajornada e interjornada	390
3.14.	Do repouso semanal remunerado e dos feriados	391
3.15.	Das férias	392
3.16.	Da estabilidade	395
3.16.1.	Da estabilidade do servidor público celetista	396
3.16.2.	Da estabilidade da empregada gestante	396
3.16.3.	Da estabilidade do dirigente sindical	397
3.16.4.	Da estabilidade do membro da CIPA	398
3.16.5.	Da estabilidade do empregado acidentado	398
3.17.	Do fundo de garantia por tempo de serviço	399
3.18.	Da remuneração e do salário	400
3.19.	Da extinção do contrato de trabalho	406
3.20.	Do aviso prévio	410
3.21.	Da responsabilidade por verbas trabalhistas e por danos morais	411
4.	Do Direito Coletivo do Trabalho	412
4.1.	Dos princípios do direito coletivo do trabalho	412
4.2.	Da organização sindical	413
4.2.1.	Das categorias	413
4.2.2.	Da estrutura sindical	413
4.2.3.	Do suporte financeiro das entidades sindicais	415
4.2.4.	Dos instrumentos normativos	416
4.3.	Das práticas antissindicais	417
4.4.	Da greve	418
5.	Da prescrição e decadência	419

DIREITO ELEITORAL	421
1. Código Eleitoral (Lei 4.737/65)	421
1.1. Introdução	421
1.2. Dos Órgãos da Justiça Eleitoral	421
1.2.1. Tribunal Superior Eleitoral	421
1.2.2. Tribunal Regional Eleitoral	422
1.2.3. Juiz Eleitoral	422
1.2.4. Junta Eleitoral	423
1.3. Do Alistamento	423
1.4. Da Qualificação e Inscrição	423
1.5. Do Cancelamento e Suspensão	424
1.6. Segunda Via	425
1.7. Transferência Eleitoral	425
1.8. Penalidades	425
1.9. Disposições Várias	426
1.9.1. Das Garantias Eleitorais	426
1.9.2. Dos Recursos	427
1.9.3. Disposições Penais	427
1.9.4. Disposições Gerais e Transitórias	428
1.9.5. Sistema Eleitoral e Proporcional	428
2. Lei das Eleições (Lei 9.504/97)	428
2.1. Disposições Gerais	428
2.2. Das Coligações e Federações	429
2.3. Das Convenções para a Escolha de Candidatos	430
2.4. Do Registro de Candidatos	431
2.5. Da Arrecadação e da Aplicação de Recursos nas Campanhas Eleitorais	433
2.6. Da Prestação de Contas	435
2.7. Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais	437
2.8. Da Propaganda Eleitoral em Geral	437
2.9. Da Propaganda Eleitoral na Imprensa	441
2.10. Da Propaganda Eleitoral no Rádio e na Televisão	441
2.11. Da Propaganda Eleitoral na Internet	441
2.11.1. Enfrentamento a Desinformação	444
2.12. Do Direito de Resposta	445

2.13.	Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos	446
2.14.	Das Mesas Receptoras	446
2.15.	Da Fiscalização das Eleições	446
2.16.	Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais	447
2.17.	Disposições Finais	447
3.	Lei das Inelegibilidades (LC 64/90)	448
4.	Lei Geral dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95)	451
4.1.	Disposições Preliminares	451
4.2.	Da Organização e Funcionamento dos Partidos Políticos	452
4.2.1.	Criação	452
4.2.2.	Órgãos de Direção	452
4.2.3.	Federações	452
4.3.	Das Finanças e Contabilidade dos Partidos	453
4.4.	Da Filiação Partidária	454
4.5.	Do Acesso Gratuito ao Rádio e à Televisão	454
5.	Normas Esparsas	455
5.1.	Lei 6.091/74	455
5.2.	Resolução TSE n. 23.659/2021	456
6.	Normas Constitucionais	458
7.	Aspectos processuais	459
8.	Ações Eleitorais	460

DIREITO EMPRESARIAL 467

1.	Do Direito Comercial ao Direito Empresarial	467
2.	O Novo Direito Empresarial Brasileiro	468
3.	Estabelecimento empresarial	472
4.	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI – Deixou De Existir	473
5.	Direito de Propriedade Industrial	474
6.	Direito Societário	477
7.	Títulos de Crédito	492
8.	Contratos Mercantis	495
9.	Falência e Recuperação de Empresas – de acordo com a Lei n. 14.112/20	499
10.	O CPC/2015 e o Direito Empresarial	514
11.	Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	516

12. Direito Concorrencial	518
13. Lei de liberdade econômica	520
14. Marco legal das <i>startups</i> (Lei Complementar n. 182/21):	521

DIREITO INTERNACIONAL 523

1. Direito Internacional Público (DIP)	523
2. Sujeitos de Direito Internacional Público	525
3. Sujeitos de Direito Internacional Público	526
3.1. Estado	526
3.2. Organizações Internacionais	527
4. Organizações Internacionais	527
4.1. Organização das Nações Unidas (ONU)	527
4.2. Organização Mundial do Comércio (OMC)	528
4.3. Fundo Monetário Internacional (FMI)	529
4.4. Organização Internacional do Trabalho (OIT)	529
5. outros Sujeitos de Direito Internacional Público	529
5.1. Sujeitos Históricos, Atípicos ou “Sui Generis”	529
5.2. Novos sujeitos	530
6. Atores que Desempenham Relações Internacionais	530
7. Imunidade à Jurisdição Estatal	530
8. Tratado Internacional	532
9. Costume Internacional	535
10. Relações Diplomáticas	536
11. Relações Consulares	538
12. Nacionalidade	541
13. Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses	544
14. Migrante	544
14.1. Principais Características da Lei de Migração (Lei 13.445/2017)	544
14.2. Definições	545
14.3. Direitos do Emigrante	545
14.4. Outros Aspectos Relevantes da Lei de Migração	545
14.5. Outros Conceitos	546
15. Visto	547
16. Medidas de Retirada Compulsória	549
16.1. Repatriação	549
16.2. Deportação	549

16.3. Expulsão	549
17. Medidas de Cooperação	551
17.1. Extradicação	551
17.2. Transferência de Execução da Pena	555
17.3. Transferência de Pessoa Condenada	555
18. Asilo	556
19. Refúgio	556
20. Solução Pacífica de Controvérsias	558
21. Cortes Internacionais	559
21.1. Corte Internacional de Justiça (CIJ)	559
21.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)	560
21.3. Tribunal Penal Internacional (TPI)	561
21.4. Tribunal Internacional do Direito do Mar	562
21.5. Corte Permanente de Arbitragem	562
22. Domínio Público Internacional	562
22.1. Direito do Mar	562
22.2. Espaço aéreo	565
22.3. Espaços Cósmico, Sideral, Exterior ou Extra-Atmosférico	565
22.4. Antártida	565
23. Responsabilidade Internacional	566
24. Proteção Diplomática	567
25. Direito Internacional Privado	568
26. Cooperação Jurídica Internacional	569
26.1. Definição e Objeto	569
26.2. Auxílio Direto	569
26.3. Cartas Rogatórias	570
26.4. Homologação de Sentença Estrangeira	570
26.5. Autoridade Central	571
27. Prestação de Alimentos	571
27.1. Convenção de Nova York	571
27.2. Convenção da Haia	572
28. Sequestro Internacional De Crianças	573
29. Mercado Comum do Sul (Mercosul)	574
30. União Europeia	577
31. Direito Internacional Penal e o Tribunal Penal Internacional	581
32. Direito Internacional do Trabalho	583

DIREITO PENAL	587
1. Introdução	587
1.1. Conceito de Direito Penal	587
1.2. Função do Direito Penal	587
1.3. Fontes do Direito Penal	587
1.4. Classificação da Lei Penal	589
1.5. Interpretação da Lei Penal	589
1.6. Princípios Penais	590
1.7. Lei Penal no Tempo	595
1.8. Teoria da Norma Penal	597
2. Aplicação da Lei Penal	599
2.1. Aplicação da Lei Penal em Relação às Pessoas	599
2.2. Aplicação da Lei Penal no Espaço	601
2.3. Conflito Aparente de Normas	601
3. Crime	603
3.1. Conceito de Crime	603
3.2. Conduta	604
3.3. Tipicidade	606
3.4. Dolo	608
3.5. Culpa	610
3.6. Relação de Causalidade	611
3.7. Consumação e Tentativa	615
3.8. Crime Impossível	617
3.9. Desistência Voluntária, Arrependimento Eficaz e Arrependimento Posterior	618
3.10. Illicitude (Antijuridicidade)	620
3.11. Culpabilidade	623
3.12. Erro de Tipo e Erro de Proibição	626
4. Concurso de Pessoas	628
5. Penas	632
5.1. Teoria da Pena	632
5.2. Aplicação da Pena	636
5.3. Concurso de Crimes	641
5.4. Suspensão Condicional da Pena	643

5.5.	Livramento Condicional	645
5.6.	Efeitos da Condenação	646
5.7.	Reabilitação	648
6.	Medida de Segurança	648
7.	Extinção da Punibilidade	650
8.	Classificação dos Crimes	657
9.	Crimes Contra a Pessoa	659
9.1.	Crimes Contra a Vida	659
9.2.	Lesões Corporais	667
9.3.	Periclitación da Vida e da Saúde	669
9.4.	Rixa	670
9.5.	Crimes Contra a Honra	671
9.6.	Crimes Contra a Liberdade Individual	674
10.	Crimes Contra o Patrimônio	677
11.	Crimes Contra a Propriedade Imaterial	688
12.	Crimes Contra a Organização Do Trabalho	689
13.	Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos	690
14.	Crimes Contra a Dignidade Sexual	691
15.	Crimes Contra a Família	695
15.1.	Crimes Contra o Casamento	695
15.2.	Crimes Contra o Estado de Filiação	696
15.3.	Crimes Contra a Assistência Familiar	696
16.	Crimes Contra a Incolumidade Pública	697
16.1.	Crimes Contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte e Outros Serviços Públicos	699
16.2.	Crimes Contra a Saúde Pública	699
17.	Crimes Contra a Paz Pública	701
18.	Crimes Contra a Fé Pública	703
19.	Crimes contra a Administração Pública	706
19.1.	Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração	706
19.2.	Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública	711
19.3.	Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira	716
19.4.	Crimes em Licitações e Contratos Administrativos	716

19.5.	Crimes Contra a Administração da Justiça	717
19.6.	Crimes Contra as Finanças Públicas	722
19.7.	Crimes Contra o Estado Democrático de Direito	724
20.	Lei Penais Especiais	724
20.1.	Lei de Drogas (Lei 11.343/06)	724
20.2.	Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97)	730
20.3.	Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03)	734
20.4.	Lei do Terrorismo (Lei 13.260/16)	739
20.5.	Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90)	741
20.6.	Crimes Contra a Ordem Tributária (Lei 8.137/90)	743
20.7.	Lei das Contravenções Penais (DL 3.688/41)	746

DIREITO PREVIDENCIÁRIO 747

1.	Seguridade Social: Origem e Evolução no Brasil	747
2.	Seguridade Social: Conceito e Disposições Constitucionais	750
2.1.	Saúde	750
2.2.	Assistência Social	752
2.3.	Previdência Social	753
3.	Princípios Constitucionais da Seguridade Social	755
4.	Os Regimes de Previdência Social Existentes	758
5.	Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	759
5.1.	Segurados	759
5.2.	Dependentes	768
5.3.	Filiação e Inscrição	771
6.	Das Espécies de Prestações Previdenciárias	773
7.	Dos Benefícios em espécie	777
7.1.	Auxílio por Incapacidade Temporária	777
7.2.	Auxílio-Acidente	780
7.3.	Aposentadoria por Incapacidade Permanente	782
7.4.	Aposentadoria Programada	785
7.5.	Aposentadoria Especial	788
7.6.	Aposentadoria da Pessoa com Deficiência	792
7.7.	Aposentadoria por idade do trabalhador rural e do garimpeiro	793

7.8. Salário-Família	795
7.9. Salário-Maternidade	796
7.10. Pensão por Morte	800
7.11. Auxílio-Reclusão	803
7.11. Acumulação de Benefícios Previdenciários	805
7.12. Abono Anual ou Gratificação Natalina	806
7.13. Revisão da vida toda	806
8. Habilitação E Reabilitação Profissional	806
9. Prescrição e Decadência	807
10. Acidente do Trabalho	808
11. Da Assistência Social	810
12. Custeio da Seguridade Social	815
13. Salário de Contribuição	817
14. Contribuição dos Segurados	823
15. Contribuição do Empregador Doméstico, das Empresas, das Entidades Equipara- das às Empresas e do Microempreendedor Individual (MEI)	827
16. Ações Previdenciárias	830
17. Previdência do Servidor Público	834
18. Previdência Complementar	841
19. Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais – Lei 12.618/2012	843

DIREITO PROCESSUAL CIVIL 849

1. Normas Fundamentais	849
2. Jurisdição	854
3. Ação	855
4. Competência	856
5. Partes e Procuradores	860
6. Deveres das partes e de seus procuradores	861
7. Despesas, Honorários Advocatícios e Multas	862
8. Gratuidade de Justiça	865
9. Litisconsórcio	866
10. Intervenção de Terceiros	867
11. Juiz e Auxiliares da Justiça	870

12. Impedimentos e Suspeição	870
13. Ministério Público	872
14. Advocacia pública	873
15. Defensoria pública	874
16. Atos processuais e prazos	876
17. Pressupostos processuais	879
18. Comunicação dos atos processuais	881
19. Invalidades processuais	884
20. Distribuição e registro	885
21. Valor da causa	886
22. Tutela provisória	886
23. Formação, suspensão e extinção do processo	889
24. Petição inicial	890
25. Pedidos	891
26. Audiência de conciliação ou mediação	892
27. Respostas do réu	892
28. Fase de saneamento	894
29. Julgamento antecipado do mérito	895
30. Audiência de instrução e julgamento	896
31. Provas em espécie	897
32. Sentença	899
33. Coisa julgada	900
34. Liquidação de sentença	901
35. Cumprimento de sentença	903
36. Procedimentos especiais	909
37. Processo de execução	910
38. Diversas espécies de execução	912
39. Execução por quantia certa contra devedor insolvente	914
40. Embargos à execução	916
41. Suspensão e extinção do processo de execução	917
42. Processos nos tribunais	918
43. Incidente de assunção de competência	920
44. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	920
45. Conflito de competência	921

46. Homologação de sentença estrangeira e concessão de exequatur à carta rogatória	921
47. Ação rescisória	922
48. Incidente de resolução de demandas repetitivas	923
49. Reclamação constitucional	926
50. Teoria geral dos recursos	928
51. Apelação	929
52. Agravo de instrumento	931
53. Agravo interno	932
54. Embargos de declaração	933
55. Recurso ordinário	934
56. Recursos especial e extraordinário	935
57. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	936
58. Embargos de divergência	936

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 939

1. Dos princípios	939
2. Da organização da justiça do trabalho	940
3. Da jurisdição e competência	941
4. Das partes, procuradores, honorários e intervenção de terceiros	945
5. Dos atos, termos e prazos processuais	948
6. Das despesas processuais	951
7. Das nulidades	952
8. Procedimentos	953
8.1. Sumaríssimo	953
8.2. Procedimento da alçada exclusiva das Varas do Trabalho	954
8.3. Inquérito para apuração de falta grave	955
8.4. Procedimento de jurisdição voluntária	955
8.5. Outros procedimentos	956
9. Inicial e resposta do reclamado	956
10. Audiência	958
11. Das provas	960
12. Das decisões e sentenças	963
13. Conciliação	963

14. Da ação rescisória	964
14.1. Competência e legitimidade	964
14.2. Requisitos da petição inicial da ação rescisória	965
14.3. Hipóteses de cabimento	968
14.4. Hipóteses de não cabimento	970
14.5. Procedimento	973
15. Dos recursos	975
15.1. Princípios	975
15.2. Pressupostos recursais	975
15.3. Procedimento e efeito dos recursos	978
15.4. Recurso ordinário e embargos de declaração	979
15.5. Agravo de petição e agravo de instrumento	980
15.6. Recurso de revista e recurso de embargos	981
15.7. Outros recursos	984
16. Liquidação de sentença	986
17. Da execução	987
17.1. Procedimento e competência	987
17.2. Títulos executivos	989
17.3. Penhora, depósito e avaliação	989
17.4. Expropriação dos bens	991
17.5. Correção monetária, juros de mora e multa	992
18. Do dissídio coletivo e ações coletivas	993
19. Ação de cumprimento	995
20. Do mandado de segurança	996
20.1. Procedimento	996
20.2. Hipóteses de Cabimento	996
20.3. Hipóteses de Não Cabimento	997
21. Da comissão de conciliação prévia	998

DIREITO PROCESSUAL PENAL 1001

1. Introdução ao Direito Processual Penal	1001
2. Princípios do Processo Penal	1002
3. Aplicação da Lei Processual Penal no Espaço	1004

4. Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo	1005
5. Interpretação da Lei Processual Penal	1006
6. Inquérito Policial	1007
7. Ação Penal	1010
8. Ação Civil “Ex Delicto”	1013
9. Jurisdição e Competência	1014
10. Questões e Processos Incidentes	1018
11. Prova	1020
12. Sujeitos no Processo Penal	1023
13. Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória	1024
14. Citações e Intimações	1029
15. Sentença	1031
16. Procedimentos	1032
17. Nulidades	1036
18. Recursos	1037
19. Ações Autônomas de Impugnação	1039

DIREITO TRIBUTÁRIO 1041

1. Definições	1041
2. Tributo	1043
3. Princípios do Direito Tributário	1048
4. Sistema Constitucional Tributário	1050
5. Imunidade Tributária	1052
6. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária	1057
7. Interpretação e Integração da Legislação Tributária	1059
8. Obrigação Tributária	1061
9. Lançamento Tributário	1064
10. Suspensão do Crédito Tributário	1067
11. Extinção do Crédito Tributário	1069
12. Exclusão do Crédito Tributário	1075
13. Garantias e Preferências do Crédito Tributário	1077
14. Responsabilidade Tributária	1079
15. Administração Tributária	1082

16. Impostos da União	1085
17. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	1092
18. Impostos dos Municípios e do Distrito Federal	1099
19. Contribuições Especiais	1105
20. Reforma Tributária de 2023	1110
21. Imposto sobre Bens e Serviços	1111
22. Contribuição sobre Bens e Serviços	1116

DIREITOS HUMANOS 1119

1. História dos Direitos Humanos	1119
1.1. Origem e Evolução	1119
1.2. Antecedentes na Filosofia Política	1120
1.3. Antecedentes no Direito Constitucional Estrangeiro	1121
1.4. Antecedentes no Direito Internacional	1122
2. Teoria Dos Direitos Humanos	1123
2.1. Definições	1123
2.2. Características	1123
2.3. Classificações	1124
2.4. Princípios do direito internacional dos direitos humanos	1126
2.5. Outras Vertentes de Proteção no Direito Internacional	1129
2.5.1. Tribunal Penal Internacional (TPI)	1129
3. Direito Constitucional E O Direito Internacional Dos Direitos Humanos	1131
3.1. Normas de Direitos Humanos na Constituição	1131
3.2. Hierarquia de Tratados de Direitos Humanos no Direito Brasileiro	1132
3.2.1. A questão do depositário infiel e os tratados de direitos humanos	1133
3.3. Eficácia e aplicação dos tratados	1134
3.4. Incidente de Deslocamento de Competência	1135
3.5. Outros Temas	1137
4. Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos	1137
5. Declaração Universal dos Direitos Humanos	1138
5.1. Contexto Normativo e Histórico	1138
5.2. Estrutura da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)	1138
6. Sistema Universal de Direitos Humanos	1141
6.1. Sistema ONU de Proteção dos Direitos Humanos	1141

6.2.	Mecanismos Não-Convencionais	1141
6.3.	Mecanismos Convencionais	1142
6.4.	Convenções e Pactos Internacionais do Sistema Universal	1143
7.	Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos	1145
7.1.	Sistemas regionais consolidados	1145
7.2.	Tratados Regionais e Órgãos Regionais de Proteção	1145
8.	Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos	1146
8.1.	Direitos Humanos na OEA	1146
8.2.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH)	1147
8.3.	Comissão Interamericana De Direitos Humanos (CIDH)	1149
8.4.	Esgotamento dos Recursos Internos	1150
8.5.	Período para Apresentação da Comunicação	1151
8.6.	Inexistência de Litispendência ou Coisa Julgada Internacional	1151
8.7.	Qualificação e Assinatura do Denunciante	1152
8.8.	Demais Procedimentos Perante a CIDH	1152
8.9.	Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH)	1153
8.9.1.	Competência Consultiva	1154
8.9.2.	Competência contenciosa	1154
8.9.3.	Medidas provisórias	1156
8.9.4.	Casos do Estado Brasileiro na CorteIDH	1157
9.	Sistema Nacional de Direitos Humanos	1162
9.1.	Conselho Nacional dos Direitos Humanos	1162
9.2.	Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH	1162

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 1163

1.	Parte geral	1163
1.1.	Disposições preliminares (disposições gerais; igualdade e não discriminação)	1163
1.2.	Dos direitos fundamentais (direitos à vida; habilitação e à reabilitação; à saúde; à educação; à moradia; ao trabalho; à assistência social; à previdência social; à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer; ao transporte e à mobilidade)	1170
1.3.	Acessibilidade (disposições gerais; acesso à informação e à comunicação; tecnologia assistiva; direito à participação na vida pública e política)	1177
1.4.	Ciência e tecnologia	1179

2.	Parte especial	1179
2.1.	Acesso à justiça (disposições gerais; reconhecimento igual perante a lei)	1179
2.2.	Crimes e infrações administrativas	1180
2.3.	Disposições finais e transitórias	1180

MEDICINA LEGAL 1183

1.	Introdução ao Estudo da Medicina Legal	1183
1.1.	Conceituação	1183
1.2.	Divisão da Medicina Legal	1184
1.3.	Relações da Medicina Legal com Outras Ciências	1185
1.4.	Histórico da Medicina Legal	1185
1.5.	Perícias e Peritos	1186
1.6.	Corpo de Delito	1187
1.7.	Documento Médico-Legal	1187
1.8.	Documento Médico-Legal	1188
2.	Antropologia Forense	1189
2.1.	Identidade e Identificação Humana	1189
3.	Traumatologia Forense	1194
3.1.	Introdução	1194
3.2.	Lesões Produzidas por Ação Contundente	1195
3.3.	Lesões Produzidas por Instrumentos Cortantes	1198
3.4.	Lesões Produzidas por Instrumentos Perfurantes	1199
3.5.	Lesões Produzidas por Instrumentos Cortocontundentes	1200
3.6.	Lesões Produzidas por Instrumentos Perfurocontundentes	1200
3.7.	Estudo das Lesões Provocadas por Projétil de Arma de Fogo	1202
3.8.	Lesões de Entrada Produzidas por Projéteis de Arma de Fogo de Alta Energia	1204
3.9.	Lesões de Saída Produzidas por P.A.F. de Alta Energia	1205
3.10.	Lesões e Morte por Explosivos	1205
3.11.	Lesões e Morte por Ação Térmica	1206
3.12.	Lesões Provocadas pela Ação do Frio	1207
3.13.	Lesões e Morte por Baropatas	1208
3.14.	Lesões e Morte por Ação Elétrica	1209
3.15.	Lesões Produzidas nas Correntes de Alta, Média e Baixa Tensão	1209

3.16. Lesões Corporais	1210
3.17. Energia de Ordem Bioquímica	1213
3.18. Energias de Ordem Biodinâmica	1214
3.19. Síndrome de Maus-Tratos à Criança e ao Adolescente	1214
3.20. Lesões e Morte por Energia Radiante	1214
4. Sexologia Forense	1215
4.1. Aspectos Médico-Legais dos Crimes contra a Dignidade Sexual	1215
4.2. Aspectos Médico-Legais do Casamento	1217
4.3. Aspectos Médico-Legais da Gravidez, Parto e Puerpério	1217
4.4. Aborto	1219
4.5. Infanticídio	1221
4.6. Provas de vida	1222
4.7. Parafilias	1223
4.8. Transexualismo	1226
5. Asfixiologia Forense	1227
5.1. Parte Geral	1227
5.2. Asfixias Puras	1227
5.3. Asfixias Complexas	1230
5.4. Asfixias Mistas	1231
6. Toxicologia Forense	1232
6.1. Parte Geral	1232
6.2. Aspectos Médico-Legais das Drogadições e da Embriaguez	1234
7. Psicologia e Psiquiatria Forense	1237
7.1. Limitadores e Modificadores da Imputabilidade Penal e da Capacidade Civil	1237
8. Tanatologia Forense	1240
8.1. Morte	1240
8.2. Fenômenos Relacionados ao Diagnóstico da Morte	1242
8.3. Exames de Locais de Morte Violenta ou Suspeita	1245